

Brigada Ligeira de Intervenção

Despacho n.º 17 717/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do contingente português na Bósnia.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 5 do despacho n.º 18 971/2003, de 12 de Setembro, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Setembro de 2003, subdelego no comandante do contingente português na Bósnia, tenente-coronel de infantaria NIM 06907079, Carlos Avelino Viegas Paz Moreno, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 20 000.

2 — Este despacho produz efeito a partir de 20 de Junho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

20 de Junho de 2005. — O Comandante, *Carlos Manuel Chaves Gonçalves*, MGEN.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 17 718/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Julho de 2005 do tenente-general ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Maria Manuela de Moura Marinho da Cunha — nomeada por tempo indeterminado, precedendo concurso, assistente da carreira médica hospitalar da área funcional de ginecologia/obstetria, do quadro do pessoal civil do Exército/Hospital Militar Regional n.º 1. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

Rectificação n.º 1390/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 15 393/2005 (2.ª série) respeitante à nomeação por tempo indeterminado, precedendo concurso, da enfermeira graduada da carreira de enfermagem do quadro do pessoal civil do Exército (QPCE) Mónica Alexandra de Sousa Amado, com colocação no Hospital Militar Principal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de Julho de 2005, a p. 10 329, rectifica-se que onde se lê «Mónica Alexandra de Sousa Amado» deve ler-se «Mónia Alexandra de Sousa Amado». (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 17 719/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, atento o parecer favorável do Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 70 % do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Ana Paula de Freitas Martins Soares pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Monção, a partir de 10 de Fevereiro de 2005 e enquanto se mantiver no exercício de funções, com exclusão das férias judiciais.

2 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 17 720/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração correspondente a dois quintos do vencimento dos magistrados do Ministério Público à licenciada Maria Teresa de Amorim Braz pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Resende, com efeitos a partir

da presente data e enquanto permanecer no exercício de funções ou não houver motivo para alteração, com excepção das férias judiciais.

2 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 17 721/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 90 % do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Rita Andreia Balsinha dos Reis pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Pampilhosa da Serra desde 3 de Junho de 2005 e enquanto se mantiver no exercício de funções, com excepção das férias judiciais.

2 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 17 722/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo o aumento da remuneração de 70 % para 80 % do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Catarina Isabel Figueiredo Giraldes pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Castelo de Paiva, com efeitos a partir de 2 de Junho de 2005 e enquanto se mantiver no seu exercício, com excepção das férias judiciais.

2 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 17 723/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 90 % do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Filipa Leal Moutinho pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Murça, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2004 e enquanto se mantiver o impedimento da magistrada titular daquela comarca.

2 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 17 724/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada, obtida a anuência do director-geral da Administração da Justiça por despacho de 28 de Abril de 2005:

Licenciado Fernando Manuel Antunes de Sousa Silva, escrivão auxiliar — requisitado, pelo período de um ano, para exercer funções no Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a partir de 25 de Julho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2005. — O Director-Adjunto, *Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 17 725/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 13 de Julho de 2005:

Licenciada Ana Paula Malhão Saraiva Esteves, conservadora do Registo Predial de Bragança — autorizada a requisição para exercer funções como inspectora extraordinária no Serviço de Avaliação e Inspecção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 17 726/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do subdirector-geral, em substituição do director-geral:

Filipe Gabriel Dias Sebastião, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais — autorizada a prorrogação do destacamento nos Ser-

viços Centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 13 de Agosto de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 1391/2005. — Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 14 de Julho de 2005, a p. 10 280, aviso n.º 6706/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Patrícia Gonçalves» deve ler-se «Patrícia Gonçalves dos Santos» e, a p. 10 282, onde se lê «Sandra Marina Martins Machado Alves» deve ler-se «Sandra Marisa Martins Machado Alves».

2 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 17 727/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 19 de Julho de 2005:

José Dinis Moniz dos Santos, guarda — autorizada a licença sem vencimento de longa duração com início em 1 de Setembro de 2005.

28 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 17 728/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Julho de 2005 do director nacional-adjunto Licenciado José António Mouraz Lopes, foram subdelegadas no subdirector nacional-adjunto Licenciado Francisco José dos Santos Silva as seguintes competências:

- Justificar e injustificar faltas;
- Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Conceder o Estatuto do Trabalhador-Estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse Estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e artigos 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho).

29 de Julho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 17 729/2005 (2.ª série). — Por despachos do Ministro da Justiça:

De 5 de Julho de 2005:

Licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves, especialista superior de escalão 8 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de directora de departamento na mesma Polícia — dada por finda a referida comissão de serviço na Polícia Judiciária em 5 de Julho de 2005.

De 8 de Julho de 2005:

Licenciado Victor Manuel Silva Chaves de Almeida, assessor de investigação criminal do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de subdirector nacional-adjunto na mesma Polícia — dada por finda a sua pedido a referida comissão de serviço em 5 de Julho de 2005.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 17 730/2005 (2.ª série). — Por despachos de 5 de Julho de 2005 do Ministro da Justiça:

Licenciado José Alberto Campos Braz, coordenador superior de investigação criminal de escalão 4 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional-adjunto na mesma Polícia — renovada a referida comissão de serviço. Licenciado Manuel Henrique Pires Tomé, coordenador superior de investigação criminal de escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária,

a exercer em comissão de serviço o cargo de subdirector nacional-adjunto na mesma Polícia — renovada a referida comissão de serviço.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 17 731/2005 (2.ª série). — Por despachos do Ministro da Justiça:

De 16 de Junho de 2005:

Licenciado Agostinho Soares Torres, juiz desembargador, a exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional-adjunto na Polícia Judiciária — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 21 de Junho de 2005.

Licenciado António José Ramos Caniço, coordenador superior de investigação criminal de escalão 4, a exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional-adjunto na Polícia Judiciária — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 21 de Junho de 2005.

De 21 de Junho de 2005:

Licenciado João Albino Rainho Ataíde das Neves, juiz de direito, a exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional-adjunto na Polícia Judiciária — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 21 de Junho de 2005.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 17 732/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Junho de 2005 do director nacional-adjunto Dr. José de Almeida Rodrigues da Polícia Judiciária:

Licenciada Sílvia Maria de Fonseca Sardeira, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, como docente do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais da Polícia Judiciária — cessado, a seu pedido, o referido contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir de 31 de Julho de 2005. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 17 733/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do Ministro da Justiça:

Licenciada Maria Cecília Graça Duarte Moura, especialista superior de polícia de nível 4 do quadro da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional — autorizado o regresso ao referido quadro a partir de 16 de Agosto de 2005, ficando posicionada como especialista superior do escalão 8. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso n.º 7374/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da directora-geral de 2 de Agosto de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, constante do anexo 1 da Portaria n.º 1223/95, de 10 de Outubro.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;